

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasileiro

Class.: 240

Data: 06.03.81

Pg.: _____

**Justiça dá
cinco dias
a Andreazza**

O ministro do Interior Mário Andreazza, tem o prazo de cinco dias para responder ao pedido de informações feito pelo ministro José Pereira de Paiva, relator do "habeas corpus" impetrado pelo advogado e deputado José Costa (PMDB-AL) em favor dos índios terrenos da Aldeia de Taunay, de Aquidauna, Mato Grosso do Sul.

Os índios estão ameaçados de ter de deixar Brasília e abandonar os estudos, em razão da decisão da FUNAI, de transferi-los para escolas mais próximas de suas aldeias, sob a alegação de que, não tendo emprego no Distrito Federal, são ociosos.

O "habeas corpus", que tem caráter preventivo, foi impetrado contra o ato do ministro do Interior, que teria decretado a transferência dos índios para suas aldeias, de conformidade com o parecer de técnicos da FUNAI.

Segui-se, de imediato, ordem relativa ao trancamento de suas matrículas nas escolas que frequentam em Brasília (1º grau), além da comunicação de que deveriam comparecer no dia seguinte, ao órgão para receber passagens para Campo Grande, onde já estavam matriculados em estabelecimentos de ensino.

Segundo o advogado José Costa, um dos índios, Mariano Marcos, teria sido, inclusive, ameaçado de ser retirado à força de Brasília, para estudar em cidade mais próxima de sua aldeia.

O "habeas corpus" foi impetrado em favor dos índios Samuel Gomes Marcos, Milton Marcos Galache, S Sebastião de Souza Coelho Filho, Wilson Francisco e Mariano Justino Marcos, todos solteiros e atualmente residindo na Casa do Ceará, em Brasília.

No pedido, o advogado sustenta a necessidade da concessão do "habeas corpus", mediante, inclusive, a expedição de salvo-condutos para livremente poderem continuar em Brasília, onde pretendem prosseguir seus estudos, ou daqui viajar para qualquer parte do país, independentemente de autorização do Ministério do Interior ou de qualquer órgão a ele vinculado administrativamente, ou ainda de qualquer agente do poder público.

Até a próxima terça-feira, Andreazza deverá responder as informações do ministro relator do "habeas corpus", José Pereira de Paiva.